

AJ10.726

FUNDO TERÁ 30% DOS RECURSOS RECEBIDOS PELO ESTADO, BENEFICIANDO 60 MUNICÍPIOS

Aprovada nova lei de royalties do petróleo

Prefeitos fizeram pressão pela aprovação da redistribuição dos recursos

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redegazeta.com.br

Com a pressão de 61 prefeitos, a Assembléia Legislativa aprovou, na noite de ontem, em sessão extraordinária, o projeto de lei do Executivo que cria o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais. O fundo será formado por 30% do total de royalties de petróleo recebidos pelo governo do Estado e será dividido entre 60 municípios. Nove cidades que já recebem royalties pela produção local ficarão de fora da divisão dos recursos. @redegazeta.com.br

Durante quase duas horas, deputados da base governista e da oposição desfilaram pela tribuna da Assembléia com o objetivo de acrescentar emendas ao projeto en-

A NOVA DISTRIBUIÇÃO

■ **O que é.** O Fundo dos Royalties, como é mais conhecido o projeto, distribuirá para 69 municípios 30% dos royalties recebidos pelo governo estadual.

■ **Quem sai.** Ficaram de fora: Aracruz, Conceição da Barra, Itapemirim, Jaguaré, Linhares, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra e Vitória.

■ **Divisão.** O critério para a divisão dos recursos foi baseado no percentual de re-

passo de ICMS. Municípios com participação menor que 2% no total dos repasses, foram incluídos e os que têm participação maior que 10% ficaram de fora.

■ **De fora.** Além disso, entre os nove que ficaram de fora, estão os que registram produção maior de petróleo e já recebem royalties mais elevados do que os outros. A divisão desagradou alguns prefeitos, como os da Serra e Conceição da Barra.

caminhado pelo governador Paulo Hartung. Apenas duas emendas, apresentadas pelos petistas Cláudio Vereza e Carlos Casteglione foram aprovadas.

As emendas criam o conselho de fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos que serão recebidos pelos municípios e define outras aplicações para o dinheiro. Além da aplicação definida pelo projeto, a emenda prevê o uso do dinheiro dos royal-

ties para formação profissional, transportes, segurança, inclusão digital e geração de emprego e renda.

Na avaliação do presidente da Associação dos Municípios (Amunes), Guerino Balestrassi, as emendas aprovadas são estruturais e não alteram o objetivo do fundo. "O projeto inicial foi mantido e prevê que os municípios com renda menor e sem produção de petróleo recebam a fatia maior dos recursos", explicou.